

# FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Major JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

## I

### INTRODUÇÃO

#### 1) *Origem.*

No dia 4 de maio de 1493, o papa Alexandre VI dividiu o mundo entre Portugal e Espanha, estabelecendo a linha que limitaria as conquistas lusitanas das castelhanas, a qual seria o meridiano a 100 léguas a W. dos Açores.

As terras situadas a E. dessa linha seriam portuguesas, assim como as de W. seriam espanholas. Diante da injusta partilha, D. João II protestou:

O *Tratado de Tordesilhas*, assinado a 7 de junho de 1494, resolveu a divergência. A linha divisória passou então a ser o meridiano a 370 léguas a W. das ilhas do Cabo Verde. Essa linha convencional viria a passar na foz do Amazonas e nas proximidades de Laguna em S. Catarina, ficando assim assegurada a expansão lusitana para o W. e implicitamente garantida a cabeça de ponte portuguesa no novo mundo que Colombo já havia descoberto no ano de 1492.

Na segunda viagem que os portugueses fizeram às Índias, Cabral descobriu em meio do caminho a suposta ilha de Santa Cruz que seria mais tarde o Brasil.

A posse da terra e o início da colonização só foi feita entretanto 30 anos depois, com a chegada de Martin Afonso de Souza, no ano de 1531.

#### 2) *Os grandes períodos da nossa formação territorial.*

O contorno geográfico do Brasil se fez durante três grandes períodos perfeitamente distintos.

- o primeiro, de 1534 a 1821, durante a Colonização;
- o segundo, de 1822 a 1872, durante o Império;
- o terceiro, de 1895 a 1909, durante a República.

Cada um desses períodos teve uma característica própria conseqüente da política adotada pelos governos da Metrópole, do Império e da República, para resolver as questões de limites do Brasil.

Aos conflitos geográficos por causa da expansão no período colonial, sucederam-se graves conflitos políticos e militares durante o Império. A paz só foi conseguida definitivamente depois da República.

#### 3) *Aspecto geral do contorno do Brasil.*

Como conseqüência natural da fisiografia, o contorno do Brasil compreende:

- uma extensa fronteira terrestre de 16.423 km.
- uma longa fronteira marítima de 8.500 km.

A orla terrestre compreende:

- a fronteira setentrional ou amazônica,
- a fronteira meridional ou platina.

A orla marítima, por sua vez, compreende:

- a fronteira do Norte (do Oiapoque ao Parnaíba);
- a fronteira do Nordeste (do Parnaíba ao S. Francisco);
- a fronteira de Leste (do São Francisco ao Cabo Frio);
- a fronteira do Sul (do Cabo Frio ao Chui).



Da diversidade entre as características fisiográficas, econômicas, políticas e sociais de cada trecho, decorre a variedade de tipos de fronteiras existentes.

## II

### FORMAÇÃO DE FRONTEIRAS

#### 1) *No período colonial.*

##### a) Posse, defesa e expansão da Colônia.

Não dispondo de meios suficientes para administrar e defender as suas terras no novo mundo, os reis de Portugal resolveram, no ano de 1534, dividir o Brasil em doze *Capitanias hereditárias*, delimitadas a W. pelo meridiano de Tordesilhas e a E. por trechos do litoral.

Apesar disto as *invasões pelo litoral*, com objetivos de comércio e conquista duraram quase um século (1555 a 1654). Essas operações, constituíram grave ameaça à integridade territorial, mas ao mesmo tempo serviram para despertar o interesse da metrópole pela colônia e para incentivar a ocupação e a exploração da terra.

Como consequência o povoamento do litoral estendeu-se para o N. e para o S. Os franceses, expulsos do Maranhão, foram se instalar na Guiana.

Estando Portugal\* sob o reinado de Espanha, de 1580 a 1640, as *Expedições Bandeirantes* ultrapassaram os limites de Castela, porque a coroa era a mesma. Depois da Restauração (1640) já as terras estavam ocupadas a assim estendidos os limites da colônia lusitana.

##### b) *Conflitos geográficos.*

Como os espanhóis não haviam ocupado a margem oriental do Rio da Prata, os portugueses, descendo de Laguna, fundaram ali a *Colônia do Sacramento* no ano de 1680.

Os castelhanos reagiram e retomaram o histórico povoado, mas pelo *Tratado de Utrecht*, assinado em 1715, foi o mesmo devolvido aos portugueses.

Para fazer face à ocupação lusitana, os espanhóis fundaram

Montevideu no ano de 1725, cuja expansão viria sobrepujar o povoado português.

Vinte e cinco anos depois, isto é, no ano de 1750, pelo *Tratado de Madrid*, as metrópoles trocaram o território da Colônia do Sacramento pelo território das 7 Missões do Uruguai, com o que os jesuítas espanhóis não concordaram. Em vista disso, o *Tratado do Pardo*, assinado no ano de 1761, anulou o *Tratado de Madrid* e a troca entre o território das Missões e a Colônia foi desfeita.

### AS INVASÕES

O emprêgo da força foi o recurso adotado pelos espanhóis para afastar os portugueses da margem oriental do Rio da Prata. A primeira invasão, feita por Cebalos, ao longo do litoral, no ano de 1763, foi até a Vila de S. Pedro do Rio Grande. A segunda, realizada por Salcedo no ano de 1773, através do rio Negro, teve em vista assegurar a conquista de Cebalos.

No ano de 1776, foi fundado o *Vice-Reinado do Prata* ao qual passaram a pertencer as províncias de Buenos Aires, Paraguai, Tucuman, Potósi, Santa Cruz e Charcas.

No ano seguinte, pelo *Tratado de S. Idelfonso*, assinado em condições vantajosas para a Espanha, a ilha de Santa Catarina da qual os castelhanos haviam se apoderado por conquista (1775), foi restituída aos portugueses, mas a Banda Oriental do Uruguai inclusive o território das 7 Missões, ficou sob o domínio espanhol.

O território da Colônia do Sacramento foi então incorporado ao *Vice-Reino de Buenos Aires*, mas o território das Missões foi reconquistado pelos portugueses. Depois do *Tratado de paz* entre Portugal e Espanha, assinado em *Badajóz*, no ano de 1801, a Espanha ficou com a praça de Olivença que conquistara durante a guerra e Portugal conservou sob seu domínio o território das Missões do Uruguai.

##### c) *Intervenções do Reinado.*

Tendo em vista afastar os franceses da margem norte do estuário



amazônico e restabelecer o limite do Brasil com a *Guiana Francesa*, transferido à revelia de Portugal, do Rio Oiapoque para o rio Araguari. D. João VI determinou a ocupação de Caiena (1809) logo depois que chegou ao Brasil, permanecendo a Guiana sob o domínio português até 1817.

No ano de 1816, fortes contingentes do Reino lusitano invadiram o território da Banda Oriental do Uruguai, que após 5 anos de lutas (1816/21) foi incorporado ao Brasil com o nome de *Província Cisplatina*.

A intervenção teve por objetivos, estender o domínio português até as margens do importante estuário platino e impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, desfeito pela emancipação das províncias.

No ano de 1816, se passaram outros acontecimentos de grande importância na América do Sul: o Congresso de Tucumán proclamou a Independência da Argentina; Bolívar retornou à Venezuela pela terceira vez, agora porém para conquista do triunfo e da glória; San Martín e O'Higgins empreenderam a vitoriosa Campanha dos Andes para libertação do Chile.

## 2) No Império.

### a) Os limites do Brasil no ano de 1822.

No ano da Independência, o Brasil possuía quase a forma atual, apenas acrescida da *Província Cisplatina*.

Depois da emancipação, o nosso território sofreu pequenas modificações, porém houve graves conflitos políticos e militares por causa de limites.

### b) Tentativas de penetração na Bacia Amazônica.

No ano de 1835 os franceses invadiram o território do Amapá, onde permaneceram durante cinco anos, prevalecendo-se das condições políticas vigentes para afirmar suas pretensões na foz amazônica.

Do mesmo modo, os ingleses, sob pretexto de exploração científica, tentaram ampliar a *Guiana Inglesa*

até o alto rio Branco no ano de 1838.

### c) Conflito na Bacia do Prata.

O domínio português na Banda Oriental do Uruguai teve curta duração.

No ano de 1825, uma Assembléia Nacional, reunida em Flórida, declarou a separação da *Província Cisplatina* e a incorporou à *Confederação do Prata*. Em seguida, o governo argentino solicitou a evacuação das tropas portuguesas de ocupação. Não sendo atendido fez a *Guerra da Cisplatina* ou Campanha de 1827 que terminou com a batalha de Ituzaingo no Passo do Rosário entre as forças de *Barbacena* e *Alvear*.

No ano de 1828, os competidores assinaram a paz e assumiram o compromisso de respeitar a Independência da República Oriental do Uruguai, que surgiu então como Estado tampão às ambições da Argentina e do Brasil no Rio da Prata.

Aparentemente o velho conflito do Prata ficara encerrado, porém na realidade tal não acontecera. Os litigantes filiaram-se aos partidos políticos (*Blancos* e *Colorados*) que disputavam o poder na nova República e a intervenção (invasão de Oribe em 1843) foi de tal ordem que resultou na *Guerra contra Oribe e Rosas* — 1851-1852, cujo desfecho em Monte Caseros assegurou a independência do Uruguai impedindo assim a realização do projeto favorito de Rosas — a reconstituição do Vice-Reino do Prata.

Os conflitos na bacia do Prata não terminaram aí. Houve ainda outra guerra pela mesma causa (expansão territorial) — a *Guerra do Paraguai* (1864/70) ou *Guerra da Tríplice Aliança* contra as pretensões imperialistas de Solano Lopez. Esta guerra durou 5 anos. A Aliança de 1865 proporcionou união e vitória militar aos aliados. As negociações de paz, entretanto duraram mais tempo e não tiveram o mesmo êxito. As dissensões verificadas por causa de interesses em conflito, empanaram a vitória política da Aliança que seria a paz



definitiva na bacia do Prata. Terminada a guerra, foi feito o acôrdo preliminar de paz com o governo do Paraguai (1870), ficando evidenciado então que a principal dificuldade para assinatura do tratado definitivo era a pretensão da Argentina em assenhorar-se do território do Chaco até a Baía Negra (tôda a margem ocidental do rio Paraguai) que a Bolívia também pretendia. Esta foi uma das razões porque os limites entre este país e o Brasil foram fixados em 1867. As dissensões entre a República Argentina e o Império impediram a negociação coletiva e por isso o Brasil fez a paz separadamente no ano de 1872 (tratados de paz, limites e comércio). Houve em seguida *grave período de tensão política*, mas felizmente a razão predominou sobre a força e a harmonia foi restabelecida.

O tratado de paz da Argentina com o Paraguai só foi assinado no ano de 1876, tendo ficado estabelecido que o território das Missões Paranaenses e o Chaco Central seriam pertencentes a Argentina e a parte meridional do Chaco Boreal seria submetida a uma sentença arbitral. No ano de 1878 o Presidente Hayes, dos EE.UU., decidiu que a República do Paraguai tinha justo e legal direito ao território em litígio.

### 3) Na República.

#### a) Divergências.

Com o advento da República, o recurso da força para resolver as questões de limites foi abolido pelo Brasil.

Nos casos em que não se chegasse a um entendimento direto o recurso seria a arbitragem, pois o Brasil não se empenharia em guerras de conquista.

Fiel a este princípio o conflito de limites entre a Argentina e o Brasil por causa do território de Palmas que os portugueses não haviam ocupado foi submetido à arbitragem do presidente dos Estados Unidos, sendo defensor dos nossos direitos o Barão do Rio Branco, que obteve então a primeira vitória diplomática do Brasil (1895)

depois da proclamação da República.

Resolvida a divergência o acôrdo sobre os limites entre os dois países foi assinado no ano de 1898, ficando assim solucionada mediante justo critério uma questão geográfica de grande importância política e econômica para o Brasil.

No ano de 1900, Rio Branco obteve nova vitória para o Brasil, defendendo a *Questão do Amapá* submetida a arbitragem do presidente da Suíça para decidir se a França tinha direito ou não ao território cuja posse reclamava, na margem setentrional da foz amazônica.

No ano de 1903, por meio de negociações diretas (tratado de Petrópolis) Rio Branco conseguiu a cessação das hostilidades entre bolivianos e brasileiros por causa da *Questão do Acre*, cujo território onde os brasileiros colhiam borraça, os bolivianos resolveram ceder ao Brasil por dois milhões de libras, um embrejado em Mato Grosso e mais a obrigação de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

#### b) Acôrdos concluídos.

Por meios de mútuos entendimentos foram fixados os nossos limites com a Venezuela (1908) com a Colômbia (1907) e com as Guianas Holandesa e Inglesa (1908).

No ano de 1909, depois de cinco anos de confabulações foi solucionada a questão de limites com o Peru, ficando estabelecido que os territórios do alto Purus e do alto Juruá pertenceriam aos descendentes dos Incas.

Nesse mesmo ano o Brasil concedeu à República do Uruguai o condomínio na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, ficando assim definitivamente concluída a forma geográfica do Brasil.

#### c) Os territórios federais.

Até o ano de 1942 só havia um território federal no Brasil, o território do Acre, adquirido à Bolívia no ano de 1909.

Atendendo a imperativos de ordem militar relacionados com a defesa do Nordeste durante a



2) Grande Guerra, foi criado naquele ano o território de Fernando de Noronha que até então pertencia ao Estado de Pernambuco.

No ano de 1943, foram criados mais cinco territórios federais;

- o território do Amapá com parte desmembrada do Estado do Pará.
- o território do Rio Branco com parte desmembrada do Estado do Amazonas.
- o território do Guaporé com parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.
- o território de Ponta Porã com parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.
- o território de Iguacu com parte desmembrada dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O decreto-lei que criou os territórios federais acima, não fez considerações sobre o ato governamental, mas deve ter havido razões para a medida, a qual veio proporcionar ação direta do Governo da União sobre regiões disputadas no passado.

Certamente o ato do governo teve em vista prestar aos referidos territórios auxílios especiais de ordem financeira e econômica, relacionados com o povoamento e a defesa de nossas fronteiras.

Apesar dessas considerações, os territórios de Iguacu e Ponta Porã foram extintos pela Constituição de 1948, devendo as respectivas áreas volverem aos Estados de que foram desmembradas.

### III

#### CONCLUSÕES

*Os princípios e os processos adotados.*

Na fixação de nossas fronteiras, o princípio do direito pela posse (ocupação efetiva) foi o adotado em todas as questões de limites.

O Reino de Portugal e o Império do Brasil recorreram ao processo da força, mas com o advento da República foram abolidas as guerras de conquista e assim nas questões de fronteiras decididas neste

período predominou o processo da razão.

#### A DIVISÃO TERRITORIAL

Depois da fixação das fronteiras, o território brasileiro ficou com uma área imensa (8.511.189 km<sup>2</sup>). A forma triangular do território brasileiro é uma resultante de ordem geográfica e econômica.

A posse da foz amazônica facilitou a exploração do grande rio na direção das nascentes. Daí, a largura da região setentrional do país.

As conquistas dos portugueses no sul, partiram das nascentes da bacia do Prata em S. Paulo. Como os espanhóis dominavam a foz do rio da Prata, os portugueses não conseguiram descer o rio até o estuário. Daí, a forma do Brasil meridional.

Do ponto de vista político-administrativo o território nacional está atualmente dividido em 20 Estados, 5 Territórios e 1 Distrito Federal.

Não tendo razoáveis fundamentos, a nossa divisão política apresenta verdadeiras disparidades.

A redivisão territorial do Brasil é pois uma medida que se impõe em virtude de razões fisiográficas, econômicas, sociais, políticas e militares.

A transferência da Capital Federal para o planalto Central é um corolário da redivisão territorial.

Felizmente o número de adeptos desta idéia aumenta constantemente e o próprio governo já cogitou do magno problema geopolítico cuja solução certamente trará grandes benefícios para o Brasil.

#### A FRONTEIRA MARÍTIMA

O período de invasões pelo nosso litoral durou quase um século: de 1555 a 1654.

A causa foi a luta dos franceses, ingleses e holandeses contra o monopólio do comércio que Espanha e Portugal mantinham com as colônias. Quer fossem operações de conquista ou pirataria, as invasões constituíram grave perigo para a Unidade Nacional, todavia, servi-



ram também para despertar o interesse da metrópole pela colônia e incentivaram o povoamento, a produção e a defesa do litoral.

A nossa fronteira marítima foi e ainda é extenso flanco exposto à investidas estrangeiras. A região litorânea atual abriga como no passado, grande parte da população, as melhores cidades e os maiores centros de produção e comércio; condensa, enfim, apreciável riqueza e progresso em contraste com a fronteira terrestre.

A importância econômica, política e social desta longa fronteira é uma consequência natural da fisiografia. Possuindo solo fértil, clima ameno e facilidade de comunicações as condições de vida na planície litorânea são inteiramente favoráveis às atividades humanas.

Dai, a condensação demográfica e econômica no litoral.

Destas considerações se conclui a importância militar da orla atlântica cuja defesa, extremamente difícil de ser assegurada em virtude da sua grande extensão é entretanto um imperativo de segurança nacional.

#### A FRONTEIRA TERRESTRE

A Baía do Prata, imensa área de solo fértil e ricos vales em zona de clima temperado, acabou pertencendo a cinco países: Argentina,

Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Como consequência natural da formação geográfica e histórica desta região, a fixação de limites entre os países integrantes da mesma foi feita a custa de lutas. Os conflitos começaram no Período Colonial, pela posse do estuário — a chave da bacia. Depois das Independências, por causa de ambições no Prata, houve guerras na região meridional da América: 1827/28, 1851/52 e 1804/70.

Depois destas lutas, a bacia foi repartida, ficando cada um com uma parte, mas nem todos plenamente satisfeitos.

A idéia de reconstituição do Vice-Reino do Prata, com fundamentos na Geografia e na História, é um verdadeiro fantasma para o Paraguai e para a Bolívia, cada vez mais asfixiado pela falta de um respiradouro. Destas considerações, se conclui a importância política e militar que tem a nossa fronteira terrestre na região meridional.

Na Baía Amazônica, a fixação de nossos limites foi mais pacífica.

Houve conflitos com a Guiana Francesa, com a Guiana Holandesa e com a Bolívia, mas não houve guerras.

## ALMANAQUE DA C. H. I.

Acha-se à venda na sede da Carteira, na Av. Graça Aranha, 81, 2º andar, o Almanaque dos associados inscritos na Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

É um livro indispensável na biblioteca de todos os associados da Carteira, que nêle encontrarão todos os elementos das inscrições individuais e demais dados necessários a uma consulta rápida e clara da situação de cada um no conjunto do quadro social.

O Almanaque está à venda pelo preço de:

	Cr\$
— em balcão.....	10,00
— pelo reembolso postal.....	12,00